

Crise derruba os papéis da dívida

Externa

Maria Luiza Abbott

BRASÍLIA — A crise política causada pela CPI do caso PC está provocando a queda de cotação dos papéis da dívida do Brasil no mercado externo. Os bônus emitidos por todas as estatais brasileiras, estáveis até duas semanas atrás, vêm caindo e os títulos do governo (Multiyear Deposit Facility Agreement, DFAs), que chegaram a ser cotados a 39,5% de seu valor durante a Rio-92, estavam sendo negociados ontem a 34,5%. “É o efeito PC, que começou a prejudicar os papéis brasileiros”, avalia o dirigente de uma estatal.

O mais afetado foi o BNDES, que lançou bônus em maio com *spread* (taxa de risco) de 3,70% ao ano, além

de correção cambial e juros. Ontem, o mercado exigia uma taxa de 5,13% (na sexta, de 4,93%), nas negociações com papéis do banco, que ainda estava vendendo bônus a tomadores finais. O *spread* é a taxa que empresas e governos pagam aos investidores acima da taxa de remuneração dos papéis do Tesouro americano, variando de acordo com o comportamento da economia ou das empresas. “No caso das estatais brasileiras, a causa é a CPI, pois todos vínhamos colocando bônus sem problemas e sem oscilações maiores”, afirma um dirigente de estatal.

Um operador de papéis brasileiros no mercado externo assegura que essa foi a maior variação desde que as estatais começaram a captar recursos no exterior com bônus. A primeira

operação foi realizada pela Petrobrás, que colocou títulos com *spread* de 6,6% ao ano. A confiança na política econômica do ministro Marcílio Marques Moreira reduziu o *spread* para 3,18% ao ano, na última emissão feita pela Vale do Rio Doce. Nos últimos dez dias, o *spread* da Vale subiu para 4,14% ao ano; o dos bônus do Banco do Brasil passou de 3,95% para 4,63%; e os da Telebrás, de 3,65% para 4,30%.

O efeito PC também chegou às negociações da dívida externa com os credores privados. “Os banqueiros sabem que é importante para o presidente anunciar o acordo, na tentativa de criar fatos positivos que neutralizem as acusações de corrupção; e querem tirar vantagem”, afirma um operador com acesso aos credores.